



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR O
FUNCIONAMENTO DOS VALETS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

(PROCESSO RDP Nº 08-00056/2017)

PRESIDENTE: SONINHA FRANCINE

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 03 de abril 2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Transcrição *ipsis verbis*
- Exibição de imagens



A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) - Bom dia a todos os presentes. Não há número legal, com a presença dos Vereadores André Santos, Sonia Francine e Senival Moura não há número legal para abertura da reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar o funcionamento dos valets no Município de São Paulo, Processo RDP nº 08-00056/2017.

Queria consultar a assessoria para saber se essa reunião mesmo não sendo uma reunião ordinária propriamente dita está sendo transmitida pelo portal da Câmara? Então, a reunião é transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, *link* Auditórios On-Line.

Aliás, fica valendo essa informação que as reuniões, como regra, da Câmara em todos os auditórios são transmitidas ao vivo pela página da Câmara no *link* Auditórios On-Line. Excepcionalmente, existem reuniões que são reservadas, os Vereadores reservam as salas para reuniões de gabinete e outros encontros, mas todas as reuniões que são abertas ao público aqui na Câmara Municipal têm a sua transmissão ao vivo pelo *link* Auditórios On-Line.

Não sendo essa uma reunião ordinária, que quer dizer comum, fixa. Não sendo essa oficialmente uma reunião ordinária, a gente abre uma reunião de trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vou rapidamente exibir e compartilhar com vocês alguns dos documentos que embasaram o pedido de CPI. Então, quero pedir, primeiro, a justificativa, muito rapidamente.

Não vou ler o documento todo porque não é necessário e a assessoria da Comissão vai enviar todos os documentos para os gabinetes dos Vereadores membros da CPI. Eu solicitei que os documentos todos, exceto os que a gente decida que são confidenciais ao longo da CPI, que todos os documentos sejam publicados e compartilhados no *link* da CPI na página da Câmara Municipal.

Então, o requerimento foi apresentado em novembro do ano passado e começa



citando a Lei 13.763, de 2004, que dispõe sobre normas para o exercício da prestação de serviços de manobra e guarda de veículos, também conhecido como *valet service*.

Selecionei alguns trechos dessa lei: o exercício da prestação de serviços de *valet* deverá observar rigorosamente as condições previstas nesta lei, por exemplo, que os manobristas sejam regularmente habilitados para condução de veículos automotores na categoria profissional, categoria B, que deverão se apresentar devidamente uniformizados e identificados.

Outro destaque: os serviços devem possuir local adequado e seguro para o estacionamento dos veículos. Deverão, dentre outras coisas, emitir um recibo a ser entregue ao cliente no qual conste - quer dizer, não é nem o recibo do pagamento, é o recibo do carro - o local onde o veículo foi estacionado e todas as outras coisas que devem constar no recibo.

Artigo 3º: é expressamente vedado o uso de via pública para o estacionamento de veículos. Quer dizer, o funcionamento irregular do serviço de *valet* naturalmente implica em risco frequentemente em prejuízo para o dono do automóvel que confia o automóvel a um manobrista ligado a um estabelecimento comercial, frequentemente um restaurante, uma casa noturna e causam impacto na vizinhança toda. Quando o estabelecimento comercial tem a sua licença de funcionamento, faz-se um cálculo do impacto daquele estabelecimento na vizinhança e aí quando se usam ruas nos arredores até razoavelmente distantes de onde aquele estabelecimento funciona, você está causando um impacto na cidade muito maior do que aquilo que foi permitido.

O motivo do requerimento da CPI foi uma ocorrência muito grave. Um acidente. Acidente não, eu sou adepta daquela campanha que diz: “não foi acidente”, quando a condução do veículo de maneira absolutamente irresponsável e criminosa não configura um acidente, propriamente. Acidente é aquilo que tem condições que a gente não foi capaz de controlar. Nesse caso teve um controle de um automóvel de maneira absolutamente



irresponsável.

- Exibição de vídeo.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) - Ou seja, entre vários outros episódios, um episódio gravíssimo. Não tem nada mais grave do que a morte de uma pessoa, mas os desdobramentos de tudo isso para os serviços, Vereador, serviços de saúde prestaram atendimento às outras vítimas, por exemplo, então, qualquer morte é de interesse geral, mas é um caso de interesse público, não tenho a menor dúvida, tanto é que o requerimento foi apresentado e foi aprovado pelos Vereadores. Vereador André Santos, quer dizer alguma coisa?

O SR. ANDRÉ SANTOS – Todo cuidado é pouco. Então, a instauração da CPI vem exatamente a trazer uma responsabilização por parte das pessoas que decidiram trabalhar com essa questão dos *valets* que eles são responsáveis por vidas. Assim como nós, Vereadores, temos a nossa responsabilidade com a população, eles têm responsabilidade também com a vida do próprio trabalhador, aquela pessoa que está conduzindo o automóvel. Então, é de suma importância trabalharmos em relação a isso porque é uma ajuda muito importante, especial para nossa Cidade.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Vereador Senival.

O SR. SENIVAL MOURA – Bom dia a todos. Esta CPI vem ao encontro de esclarecimentos que essa Câmara precisa trazer para a cidade de São Paulo e acho que aí você acabou de fazer a demonstração de que realmente se justifica a instalação desta CPI. Precisamos saber, por exemplo, de quem é a competência para fazer a fiscalização dos manobristas. Eu presumo que, obviamente, seja da CET, órgãos nesse sentido.

Nós precisamos, com clareza, saber a quem compete fazer a fiscalização; de que



forma está sendo feita essa fiscalização; se ela, realmente, está sendo feita da maneira devida. Porque é inaceitável que um manobrista esteja fazendo uso de bebida alcoólica, quando ele deveria ser uma pessoa que deveria ter toda responsabilidade ali para cuidar daquele veículo, ou seja, daquele não, de diversos veículos ali.

A gente recomenda que ninguém faça uso de bebida alcoólica, nenhum motorista, nenhum obviamente. Mas o manobrista é um que está em exercício da função ali naquele momento, então esse jamais deveria ter cometido esse delito.

Quem deveria estar fiscalizando? É responsabilidade exclusiva da CET? Também é responsabilidade de quem o contratou, do estabelecimento que o contratou para fazer esse serviço. Que segurança tem o cliente que pagou para o seu veículo ser cuidado em poucos minutos, e pagam um preço absurdo? Então isso acho que a gente tem que procurar – não quero aqui condenar ninguém, nós queremos entender de quem é a responsabilidade, até para depois a gente aí sim, a gente preparar o documento, o relatório, para a gente atribuir a responsabilidade a quem tem, a quem compete. Então esse é o grande objetivo.

Então eu, assim, nesse sentido, eu acho que para mim vai ser motivo de satisfação fazer parte desta comissão de inquérito, para a gente poder fazer esse levantamento. Acho que é muito positivo, Presidenta, eu quero aqui ficar à disposição para fazer as diligências que V.Exa. achar pertinente, que os membros acharem pertinentes. Eu acredito que é uma responsabilidade muito grande e nós, Parlamentares, fomos eleitos e temos também que cumprir com o nosso papel de fiscalizador da Cidade. *Ok?*

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – E é como o Vereador Senival diz, são muitas responsabilidades implicadas. Você tem uma empresa que contrata um manobrista, aí você tem um estabelecimento que tem uma relação, não sei até que ponto contratualizada com a empresa do serviço de *valet*. Você tem possivelmente vários órgãos municipais e até estaduais, porque tem casos de polícia, não é Vereador? Então vários órgãos municipais e até



órgãos estaduais implicados nessa responsabilidade de fiscalização. Então tem bastante serviço para a CPI.

Aliás, esta é a segunda CPI sobre *valets*. Em 2003, aconteceu uma, eu anexeï também, os Vereadores vão receber a cópia do volume 17, da CPI. Os documentos finais da CPI também estão todos disponíveis no *site* da Câmara, mas para facilitar, vou encaminhar o volume 17, que é o volume do relatório final.

Aqui tem um trecho dele com a justificativa, em 2003, que menciona reclamações feitas em reuniões dos Consegs, reportagens publicadas na época, desde 2002, na verdade, então também todos os motivos, todos os insumos para a instalação dessa CPI, em 2003.

E as conclusões dessa CPI levaram à publicação da lei, levaram à apresentação do projeto de lei e à sanção da Lei 13.763, de janeiro de 2004. Essa lei foi regulamentada em 2007, por um Decreto do Prefeito Kassab.

E depois dessa ocorrência, em dezembro, depois de protocolarmos a CPI, já em dezembro de 2017, o Governo emitiu um novo decreto regulamentador.

Então cabe a nós entender se o Decreto avança ou quanto avança na aplicação dessa lei e se, eventualmente, tem necessidade de alguma mudança na lei, porque precisamos saber quais os serviços que estão regularizados e os que não estão, mas tentaram, porque acompanhando todo tipo de processo nas subprefeituras de obtenção de alvará, de habite-se, de licença de funcionamento, a gente sabe que às vezes a regra não favorece aquele que quer fazer tudo direito.

Então, hoje não vamos poder aprovar requerimentos por não ter o número legal necessário, mas já adianto que vou propor requerimentos aos Consegs, Conselhos Comunitários de Segurança, que são expressamente mencionados no relatório de 2003, porque os Consegs acabam sendo pontos de encontro da população para reclamar de tudo, Vereador, tudo que de alguma forma se relacione com segurança pública. Então, tem



zeladoria, trânsito, transporte coletivo, quase tudo se refere à segurança no fim das contas. Frequentemente nos Consegs tem a presença de Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Civil Metropolitana, CET, SP Trans, prefeitura regional, porque tem demandas para todos eles. Então, muitas reclamações foram feitas nos Consegs sobre *valets*.

O primeiro requerimento que vou propor é para que os Consegs das regiões que concentram número maior de casas noturnas, estabelecimentos que têm *valets*, nos informem quais são as reclamações registradas nesses Consegs. A prefeitura também, por meio do SAC, tanto pelo telefone 156, tanto pelo *site* da prefeitura, quais reclamações, demandas recebeu sobre os serviços de *valets*. As prefeituras regionais, a Secretaria das Prefeituras Regionais, quantos *valets* estão regularizados e quantos processos estão em tramitação, mas ainda não foram deferidos. E eventualmente, consultar esses empresários que estão pleiteando a regularização e não tiveram os seus processos deferidos, o porquê não terem sido deferidos ainda. É porque a prefeitura demora tempo demais para apreciar os processos, isso acontece, ficam meses aqueles processos administrativos tramitando e aquele que pleiteou autorização esperando, o prazo já decorreu faz tempo. Ou se o proprietário ou empresário talvez não consiga apresentar todos os documentos exigidos, por qual razão ele não consegue.

Então, queremos entender, os irregulares, os ilegais, os de má-fé e aqueles de boa fé, que eventualmente, querem fazer tudo como se deve e por alguma razão não têm tido sucesso.

O SR. SENIVAL MOURA - Acho que é um debate que precisamos fazer um esforço muito grande. Precisamos saber quantos *valets* estão legalizados na cidade de São Paulo. Acho até bacana, é legal porque todo local que você vai encontra um *valet*. Agora, você não sabe se realmente ele está regulamentado, se está trabalhando realmente da forma como deveria ser. Acho que é algo que temos de nos debruçar para poder entender direito se realmente estão dentro das exigências legais, se estão cumprindo suas exigências.



Outra coisa que observamos é que os *valets* recolhem seu veículo e de repente você passa no local e vê seu veículo estacionado numa via ao lado. Precisamos entender qual a segurança que tem.

Acredito que esta CPI tem essa condição de colher essas informações com clareza para podermos dar garantia para todos, para quem deixou seu automóvel lá, para o próprio dono do estabelecimento, enfim, todos que estão envolvidos nesse momento.

Acho que teremos um trabalho importantíssimo. Sempre todas as CPIs que foram apresentadas aqui, sempre trouxeram bons resultados. Recordo que fui relator de uma CPI dos planos de saúde, eu acho que foi muito bacana, muito legal, trouxemos resultados que precisavam vir para a cidade de São Paulo, os grandes devedores. Foram CPIs importantíssimas, tenho certeza que com essa não será diferente.

Tenho certeza, Presidenta, pela sua competência, pela competência dos membros que farão parte desta Comissão, que nós teremos resultados satisfatórios para todos os envolvidos. Esse é o grande objetivo.

Quando faço parte de uma CPI não quero ficar em dúvida, fazendo caças às bruxas, temos de procurar trazer resultados para a Cidade. Teve problemas? Temos de corrigir os problemas, o objetivo é esse: corrigir os problemas e acertar daqui para frente para que a Cidade também tenha resultado com as receitas. Esse é o grande objetivo, tem de trazer receita para a cidade de São Paulo até para garantir um serviço de qualidade, é o que queremos. Acho que é dessa forma que tem de ser.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada, Vereador. Entre os requerimentos que vou apresentar na semana que vem também tem um pedido de informações ao Procon, afinal de contas é uma prestação de serviços e para as prefeituras regionais também quais as ações fiscalizatórias já foram realizadas.

Já caminhando para a conclusão da reunião, eu participei na minha vida pregressa



de um processo de elaboração do estatuto do torcedor, quando era comentarista esportiva. A gente fez toda pressão, movimentação política, articulação e uma das conquistas do estatuto do torcedor foi obrigar as federações, confederações a disponibilizar, na porta do estádio, a cópia do estatuto e uma série de outras informações porque o melhor, o fiscal mais próximo é o cliente. Então, se os clientes dos *valets* não souberem o que a lei obriga, o recibo com todas aquelas informações, o próprio cliente não vai ter certeza do que exigir. Então, uma das conclusões, superantecipando em 119 dias, menos 113, uma das conclusões da CPI pode ser, por exemplo, informar muito melhor a população sobre o que o serviço de *valet* é obrigado a oferecer e o que o estabelecimento, que contratou aquele serviço, também tem responsabilidade.

Caminhamos para o encerramento.

O SR. SENIVAL MOURA – Só uma curiosidade. Tem um grupo de jovens aqui, salvo engano são jovens aprendizes que estão visitando no dia de hoje e infelizmente não puderam, devido ao que V.Exa. falou anteriormente, por não ter quórum, não poderão ver o trabalho na íntegra da nossa reunião de hoje.

Acho que é uma grande satisfação recebê-los aqui, jovens aprendizes, que querem conhecer como funciona os trâmites da Câmara Municipal, as ações, as audiências. Nesse sentido, quero parabenizá-los por se mostrarem com vontade de entender como funciona. Tem muita gente que mora na Cidade, mora perto e você pergunta e a pessoa nunca veio à Câmara Municipal. Já conversei com muitas pessoas assim. Nunca apareceram na Câmara Municipal. É importante que os jovens tenham esse interesse de vir aqui, que sirva de estímulo para vir à Câmara Municipal para saber como funciona. Isso é muito gratificante. Por isso a gente tem de parabenizá-los.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Parabéns. Tudo bem, vieram obrigados também. (Palmas)



O SR. ANDRÉ SANTOS – Parabéns, também.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – É como eu falei sobre os direitos dos torcedores, dos clientes dos *valets*, os direitos dos munícipes, dos cidadãos; quanto mais vocês conhecerem sobre o que a gente é obrigado a fornecer, o trabalho que temos de prestar – melhor - eu ouvi alguém comentando até que o trabalho do vereador não é só no plenário, trabalho do vereador não é só durante a sessão de votação.

O SR. ANDRÉ SANTOS – E eles saem daqui com uma outra visão também.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Tomara. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião de trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar o funcionamento dos *valets* no Município de São Paulo. A secretaria enviará a todos os membros a convocação para as próximas reuniões por meio de *e-mail*.

Estão encerrados os nossos trabalhos desta CPI. Obrigada.